

Direito ao Esquecimento - O que muda nos seguros relacionados com créditos

The right to be forgotten - what changes for credit-related insurance



Sofia de Sales Sousinha
Mafalda Veiga de Oliveira

Equipa de Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais da pbbbr | pbbbr
Banking, Finance and Capital Markets team

O QUÊ?

No passado dia 27 de abril de 2026, foi publicado um diploma legal que reforça o direito ao esquecimento e as proteções ao consumidor na contratação de seguros relacionados com créditos.

OBJETO

A Lei n.º 14/2016, de 27 de abril, altera (i) o diploma legal que reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência; (ii) o regime dos contratos de crédito relativos a imóveis e (iii) o dever de informação do segurador ao beneficiário em caso de morte e a criação de um registo central de seguros e operações de capitalização.

WHAT?

On April 27, 2026, a legal statute was published strengthening the right to be forgotten and consumer protections regarding the conclusion of insurance contracts related to credit.

OBJECT

Law No. 14/2016, of 27 April, introduces amendments to: (i) the legal framework enhancing access to credit and insurance contracts for persons who have overcome or mitigated situations of aggravated health risk or disability; (ii) the legal regime governing credit agreements relating to immovable property; and (iii) the insurer's duty to inform the beneficiary in the event of death, as well as providing for the creation of a central register of insurance and capitalization operations.

Newsletter Highlights

Direito ao Esquecimento

Right to be forgotten

Contratação de seguros

Insurance contraction

Contratos de crédito

Financing Agreements

Proteção do consumidor

Consumer protection

www.pbbbr.pt

Direito ao esquecimento - o que muda nos seguros relacionados com créditos

MAIOMAIO2026

The right to be forgotten - what changes for credit-related insurance

COMO?

O diploma legal agora publicado reforça o direito ao esquecimento e as proteções ao consumidor, designadamente:

- **Incluindo a doença oncológica nas situações de saúde que permitem o acesso ao crédito e contratos de seguro** por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência;
- **Abrangendo a contratação de créditos para fins comerciais ou profissionais** quando celebrados por pessoas singulares ainda que estas atuem no âmbito da sua atividade comercial ou profissional;
- **Permitindo a substituição do seguro de vida** para garantia do empréstimo para aquisição ou construção de habitação, por vontade do mutuário, **por hipoteca** sobre qualquer outro imóvel;
- Podendo um casal em que um dos membros detenha um grau de incapacidade superior a 60 % optar por o **seguro ser apenas prestado pelo outro membro do casal, não portador da deficiência**;
- Exigindo a **comunicação oficiosa** pelo IRN à ASF da **certidão de óbito** dos potenciais seguradores.

HOW?

Law No. 14/2016, of 27 April, strengthens the right to be forgotten and enhances consumer protection, in particular by:

- **Including oncological disease in the health situations that permit access to credit and insurance contracts** by whom have overcome or mitigated situations of aggravated health risk or disability;
- **Covering the contracting of credit for commercial or professional purposes** when concluded by natural persons, even when they act within the scope of their commercial or professional activity;
- **Permitting the substitution of the life insurance** securing the loan for the acquisition or construction of housing, at the borrower's request, **by a mortgage** over any other immovable property;
- Allowing a couple in which one of the members has a degree of incapacity exceeding 60 % to opt for the **insurance to be provided solely by the other member of the couple, who is not the person with the disability**;
- Requiring the **ex officio communication** by the Civil Registry Institute (IRN) to the Insurance and Pension Funds Supervisory Authority (ASF) of the **death certificate** of potential insured persons.

QUANDO?

A Lei n.º 14/2026, de 27 de abril e, como tal a nova redação dos diplomas legais que a mesma altera, entrará em vigor do dia 2 de maio de 2026.

WHEN?

Law No. 14/2026 of April 27, and consequently the amended versions of the legal acts amended thereby, will enter into force on May 2, 2026.